SUMÁRIO

Capítulo I – PROCURAÇÃO AD JUDICIA	27
1. Conceito	27
2. Extensão dos poderes conferidos pelo outorgante ao advogado	29
3. Modelo da procuração <i>ad judicium</i> com poderes para o foro em geral	33
4. Modelo da procuração <i>ad judicium</i> com poderes para o foro em geral e poderes especiais	34
5. Modelo da procuração <i>ad judicium et extra</i>	35
6. Modelo de procuração <i>ad judicium</i> para integrantes de sociedade de advogados	36
Capítulo II – SUBSTABELECIMENTO	39
1. Conceito	39
2. Modelos de substabelecimento	41
2.1. Modelo de substabelecimento com reserva de poderes	41
2.2. Modelo de substabelecimento sem reserva de poderes	42
Capítulo III – DA ASSISTÊNCIA	43
1. Conceito	43

2. Finalidade	45
3. Cabimento	45
4. Atuação do assistente no processo	46
5. Procedimento	49
6. Modelo da petição de assistência SIMPLES	50
Capítulo IV – DENUNCIÇÃO DA LIDE	53
1. Conceito	53
2. Finalidade	53
3. Cabimento	54
4. Não obrigatoriedade da denúncia da lide	56
5. Legitimação	56
6. Tipos de denúncia e procedimento	57
6.1. Denúncia da lide pelo autor	57
6.2. Denúncia da lide promovida pelo réu	58
7. Recursos da denúncia da lide	59
8. Modelo de petição (denúncia da lide pelo réu)	60
Capítulo V – CHAMAMENTO AO PROCESSO	65
1. Conceito	65
2. Finalidade	66
3. Cabimento	66
3.1. Do afiançado, na ação em que o fiador for réu	66
3.2. Dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles	67
3.3. De todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum	67

4. Procedimento	68
5. Modelo de chamamento ao processo	70

**Capítulo VI – DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA
PERSONALIDADE JURÍDICA 73**

1. Introdução	73
2. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	78
3. Do procedimento	80
3.1. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica no curso do processo	80
3.2. Desconsideração da personalidade jurídica requerida na inicial	83
3.3. Modelo de petição do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	85

Capítulo VII – DO “AMICUS CURIAE” 93

1. Conceito	93
2. Requisitos	96
3. Requerimento	97
4. Procedimento	98
5. Modelo da petição “amicus curiae”	101

**Capítulo VIII – DAS EXCEÇÕES DE IMPEDIMENTO E
SUSPEIÇÃO 105**

1. Introdução	105
2. Exceção de impedimento e de suspeição	107
3. Procedimento das exceções de impedimento e suspeição	115

4.	Modelo de petições de impedimento e suspeição	117
4.1.	Modelo de petição de exceção de impedimento ...	117
4.2.	Modelo de petição de exceção de suspeição	119

Capítulo IX – TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA 121

1.	Conceito	121
2.	Requisitos da tutela provisória de urgência	122
3.	Caução real ou fidejussória	124
4.	Tutela provisória de urgência requerida na petição inicial	127
5.	Modelo de petição inicial com pedido de tutela provisória de urgência	129

Capítulo X – PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE 139

1.	Introdução	139
2.	Requisitos da petição inicial	140
3.	Procedimento da tutela antecipada e do aditamento da petição inicial	142
4.	Estabilidade da tutela antecipada	145
5.	Modelo de petição inicial com pedido de tutela antecedente e aditamento com pedido de nulidade de cláusula contratual e dano moral	148

Capítulo XI – TUTELA CAUTELAR 161

1.	Introdução	161
2.	Petição inicial	162
3.	Procedimento	164

4. Modelo de tutela cautelar requerida em caráter antecedente	166
Capítulo XII – TUTELA DA EVIDÊNCIA	171
1. Introdução	171
2. Requisitos para a concessão da tutela da evidência	172
3. Modelo de petição inicial com pedido de tutela da evidência (Art. 311, parágrafo único, do CPC: “Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente”.)	174
Capítulo XIII – PETIÇÃO INICIAL	181
1. Petição inicial	181
2. Requisitos da petição inicial	182
3. Do indeferimento da petição inicial	205
4. Improcedência liminar do pedido da petição inicial	209
5. Modelo de petição inicial	213
5.1. Petição inicial de ação de rescisão contratual cumulada com restituição de parcelas pagas e com perdas e danos	213
5.2. Modelo de petição inicial pleiteando indenização por danos morais (erro médico)	222
5.3. Modelo de petição inicial de ação estimatória ou “quanti minoris”	236
5.4. Modelo de petição inicial de ação de alimentos ...	241
5.5. Ação de obrigação de fazer com pedido de tutela provisória de urgência cumulada com ação de indenização por danos morais por erro médico	244
5.6. Modelo de ação reivindicatória – retrovenda	263

Capítulo XIV – CONTESTAÇÃO	269
1. Conceito	269
2. Aspectos formais da contestação	271
3. Impugnação ponto a ponto dos pedidos formulados pelo autor na inicial	272
4. Defesa preliminar	275
5. Defesa material ou de mérito	280
6. Modelos de contestação	282
6.1. Estrutura de modelo de contestação com preliminar (ilegitimidade passiva do réu e inépcia da inicial)	282
6.2. Modelo de contestação	285
6.3. Modelo de contestação com pedido de preliminar	288
 Capítulo XV – RECONVENÇÃO NA CONTESTAÇÃO E RECONVENÇÃO AUTÔNOMA	 299
1. Conceito	299
2. Finalidade	301
3. Requisitos	302
4. Procedimento da reconvenção na contestação e de forma autônoma	303
4.1. Reconvenção em peça autônoma	306
5. Modelos de Contestação com reconvenção	308
6. Modelo de reconvenção	313
 Capítulo XVI – RÉPLICA	 317
1. Conceito	317

2. Ocorrência da réplica	318
3. Modelo de réplica	321
Capítulo XVII – DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA ...	323
1. Conceito	323
2. Requisitos	324
3. Modelo de petição – Produção antecipada da prova antecedente à ação principal	329
4. Modelo de petição – Produção antecipada da prova antecedente incidental	333
Capítulo XVIII – DA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA	337
1. Introdução	337
2. Exibição de documento ou coisa em poder de terceiro ...	340
3. Modelo de exibição de documento ou coisa	342
3.1. Modelo de exibição de documento contra a parte	342
3.2. Modelo de exibição de documento contra terceiro	345
Capítulo XIX – DA ARGUIÇÃO DE FALSIDADE	349
1. Conceito	349
2. Do procedimento	350
3. Modelo da arguição do incidente de falsidade	352
Capítulo XX – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	355
1. Introdução	355
2. Liquidação de sentença por arbitramento	357

3. Procedimento da liquidação da sentença por arbitramento	358
4. Liquidação de SENTENÇA pelo procedimento comum ...	360
5. Procedimento da liquidação de sentença pelo procedimento comum	362
6. Modelo de liquidação de sentença por arbitramento	363
7. Modelo de liquidação de sentença pelo procedimento comum	365
Capítulo XXI – DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	369
1. Introdução	369
2. Cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	371
3. Modelo de impugnação à EXECUÇÃO	376
Capítulo XXII – DA AÇÃO RESCISÓRIA	379
1. Introdução	379
2. Requisitos da ação rescisória	383
2.1. Sentença proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	383
2.2. Sentença prolatada por juiz impedido ou absolutamente incompetente	384
2.3. Sentença proferida resultante de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei	385
2.4. Ofender a coisa julgada	386
2.5. Violação manifesta de norma jurídica	387
2.6. Sentença que se funda em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal, ou seja, provada na própria ação rescisória	387

2.7.	Depois da sentença transitada em julgado, o autor obtiver prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável	388
2.8.	Sentença fundada em erro de fato verificável do exame dos autos	388
3.	Legitimidade de partes	389
4.	Procedimento da ação rescisória	389
5.	Modelo de ação rescisória	392
Capítulo XXIII – RECURSOS		397
1.	Conceito	397
2.	Classificação	398
3.	Pressupostos de admissibilidade	399
4.	Desistência e renúncia	402
Capítulo XXIV – ESPÉCIES DE RECURSO		403
1.	Recurso adesivo	403
1.1.	Processamento do recurso adesivo	406
1.2.	Efeitos	409
1.3.	Pedido	409
1.4.	Sustentação oral do recurso adesivo nos tribunais	410
1.5.	Modelo do recurso adesivo	412
1.5.1.	Modelo da folha de rosto	412
1.5.2.	Modelo do Recurso Adesivo em Recurso de Apelação	413
2.	Recurso de apelação	419

2.1.	Introdução	419
2.2.	Interposição do recurso de apelação	421
2.3.	Efeitos do recurso de apelação	423
2.4.	Algumas considerações importantes sobre a nova sistemática do recurso de apelação	425
2.4.1.	Questões resolvidas na fase de conhecimento que não comportam agravo de instrumento	425
2.4.2.	Alegação de fatos novos no recurso de apelação	426
2.4.3.	Pedido ou defesa com mais de um fundamento no recurso de apelação	427
2.4.4.	Extinção do processo sem resolução de mérito	428
2.4.5.	Nulidade sanável no curso do processo, quando da interposição do recurso de apelação	429
2.5.	Procedimento do recurso de apelação	430
2.6.	Preparo	435
2.7.	Modelo de petição de interposição de recurso de apelação	440
2.8.	Modelo das razões do recurso de apelação	441
3.	Agravo de instrumento	444
3.1.	Introdução	444
3.2.	Modelo de agravo de instrumento	471
4.	AGRAVO INTERNO	477
4.1.	Introdução	477
4.2.	Efeitos do agravo interno	483
4.3.	Requisitos da petição do agravo interno	485
4.4.	Procedimento	486

5.	Embargos de declaração	500
5.1.	Conceito	500
5.2.	Procedimento	504
5.3.	Embargos de declaração com efeito infringente ...	507
5.4.	Modelo de embargos de declaração para o juiz de direito da causa	510
6.	Recurso ordinário	513
6.1.	Introdução	513
6.2.	Cabimento	514
6.3.	Processamento	514
6.4.	Modelo do recurso ordinário	515
7.	Recursos especial e extraordinário	520
7.1.	Processamento	530
7.2.	Modelo de recurso especial com arguição de relevância	537
7.3.	Modelo de recurso extraordinário	547
8.	Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário	557
9.	Embargos de divergência	558
9.1.	Procedimento	561
9.2.	Modelo dos embargos de divergência	561
10.	Outros modelos	566
10.1.	Agravo interno em recurso especial	566
10.2.	Modelo de contrarrazões do agravo interno em recurso especial	568
10.3.	Modelo de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso extraordinário	572
10.4.	Modelo de embargos de divergência	574

10.5. Modelo de Agravo Interno que negou seguimento ao Agravo de Instrumento	577
10.6. Diferença entre Agravo Interno endereçado ao Desembargador do Tribunal de Justiça e Agravo Interno endereçado ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça	579
Capítulo XXV – PROCESSO DE EXECUÇÃO	583
1. Introdução	583
2. Das partes na execução	584
3. Competência	585
4. Requisitos para a realização da execução	586
5. Títulos executivos extrajudiciais	587
6. Responsabilidade patrimonial do devedor	589
7. Fraude à execução	590
8. Das diversas espécies de execução	591
9. Nulidade da execução	592
10. Execução para entrega de coisa	592
10.1. Entrega de coisa certa	593
10.2. Entrega de coisa incerta	595
11. Execução das obrigações de fazer ou de não fazer	597
12. Execução por quantia certa	600
12.1. Citação no processo de execução	602
12.2. Penhora	603
12.3. Avaliação	604
12.4. Expropriação de bens	605
12.5. Satisfação do crédito e extinção da execução	606

13. Modelos de petição inicial no processo de execução	607
13.1. Modelo de petição inicial de entrega de coisa certa	607
13.2. Modelo de execução para entrega de coisa incerta	611
13.3. Modelo de execução de obrigação de fazer	614
13.4. Modelo de execução de obrigação de não fazer ...	617
13.5. Modelo de execução por quantia certa	620
14. Embargos à execução	623
14.1. Modelo de embargos à execução	626
Capítulo XXVI – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	631
AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	631
1. Conceito	631
2. Natureza jurídica	632
3. Casos legais de pagamento em consignação	632
4. Requisitos subjetivos e objetivos	634
5. Direito do consignante ao levantamento do depósito	636
6. Processo de consignação – Artigos 539 a 549 do CPC	637
7. Efeitos do depósito judicial	639
8. Consignação extrajudicial	640
9. Modelo de Ação de Pagamento em Consignação	642
AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	647
1. Introdução	647
2. Legitimidade e interesse	648
3. Prescrição	648

4. Competência	650
5. Procedimento	650
6. Modelo de Ação de Exigir Contas	654
AÇÕES POSSESSÓRIAS	657
1. Introdução	657
2. Os interditos possessórios	658
3. Natureza dúplice das ações possessórias	660
4. Procedimento das possessórias	662
5. Competência	663
6. Legitimidade ativa	664
7. Legitimidade passiva	664
8. Petição inicial e as ações de reintegração e manutenção de posse	665
9. Interdito proibitório	668
10. Modelo de reintegração de posse	670
11. Modelo de ação de manutenção de posse	673
12. Modelo da Ação de Interdito Proibitório	676
INVENTÁRIO E PARTILHA	679
1. Introdução	679
2. Inventário negativo	681
3. Inventário e partilha	682
4. Inventariante	686
5. As primeiras declarações	688
6. Das citações e das impugnações	691

7. Da avaliação e dos impostos	693
8. Das colações	695
9. Pagamento das dívidas	697
10. Partilha	699
11. Formal de partilha	701
12. Sobrepartilha	702
13. Arrolamento	702
14. Arrolamento sumário	704
15. Modelos petições	706
15.1. Abertura de inventário	706
15.2. Modelo de primeiras declarações	707
15.3. Modelo de Ação de Inventário	709
15.4. Modelo de petição de arrolamento de bens	711
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	715